

REGIÃO SUL

Grupo 1 – EXPLORAÇÃO SEXUAL

Eixos de Atuação	Planejamento das Ações Intersectoriais	Políticas Envolvidas	Resultados Esperados	Monitoramento
1. Informação e Mobilização	<p>1.1 Realizar campanhas articuladas entre as políticas para prevenção do turismo sexual (agentes de saúde, professores e assistentes sociais);</p> <p>1.2 Realizar seminários, rodas de conversa para mobilização dos profissionais de educação, saúde, segurança, trabalho e assistência social em torno das especificidades das situações de turismo sexual;</p> <p>1.3 Inserir ações de prevenção ao turismo sexual nos planos municipais e no orçamento público;</p> <p>1.4 Publicar de materiais de informação e mobilização;</p> <p>1.5 Promover a articulação com os meios de comunicação local;</p> <p>1.6 Realizar atividades comunitárias;</p>	<p>Assistência Social</p> <p>Saúde</p> <p>Segurança pública</p> <p>Sistema de justiça</p> <p>Turismo</p> <p>CT e CDCAs</p> <p>Segurança pública</p> <p>Esporte, Cultura lazer</p> <p>Conselhos setoriais – educação, saúde, as, mulher, esporte.</p> <p>Trabalho</p> <p>Habitação</p>	<p>Participação de crianças e adolescente no turismo sexual reduzida;</p> <p>Participação da comunidade no enfrentamento ao turismo sexual ampliada;</p> <p>Rede de serviços públicos no território ampliada;</p> <p>Compreensão de que o turismo sexual é considerado pior forma de trabalho infantil, além de ser crime disseminada;</p> <p>Articulação entre os municípios para o enfrentamento ao turismo sexual ampliada.</p>	<p>- nº de casos denunciados (Disque 100)</p> <p>- nº de notificações para o atendimento de saúde</p> <p>- diagnósticos da rede de serviços públicos do território (comparativo com o antes e depois das ações)</p> <p>- nº de participantes em seminários e campanhas</p> <p>- verificação da inserção das ações nos planos e orçamentos</p> <p>-Nº de Veiculação de materiais na imprensa</p>

	<p>1.7 Promover mobilização via redes sociais;</p> <p>1.8 Realizar seminários específicos sobre educação sexual com famílias, profissionais da rede de atendimento, crianças e adolescentes;</p> <p>1.9 Realizar ações integradas entre os municípios.</p>	<p>PRF e PF</p> <p>Universidades – centros acadêmicos.</p> <p>Profissionais de comunicação</p> <p>Associações de Bairros, Municipais e Comunitárias</p> <p>Entidades da sociedade civil organizada</p> <p>Comércio local</p> <p>Associações de Pais e Mestres e Grêmios Estudantis</p> <p>Familiares, Crianças e Adolescentes</p> <p>Profissionais da rede de atendimento</p> <p>Clubes Esportivos</p>		<p>- Número de campanhas realizadas e materiais distribuídos</p> <p>- Nº de atividades realizadas pelos e com as crianças e adolescente</p> <p>- materiais desenvolvidos pelas crianças e adolescente</p>
--	--	--	--	---

<p>2. Identificação</p>	<p>2.1 Articular ações de busca ativa entre as equipes do ESF, equipes do SUAS, CTs, Vigilância Sanitária e Auditores Fiscais;</p> <p>2.2 Elaborar ações articuladas entre as equipes do programa de saúde da família, professores e as equipes do SUAS para identificação de situações de trabalho infantil;</p> <p>2.3 Capacitar equipes de busca ativa para otimizar a identificação e o cadastramento de crianças e adolescentes no turismo sexual;</p> <p>2.4 Realizar diagnóstico da situação de turismos sexual e dos serviços de atendimento;</p> <p>2.5 Elaborar fluxo de atendimento;</p> <p>2.6 Realizar ações articuladas entre os municípios para identificação (consórcios municipais).</p>	<p>Assistência Social</p> <p>Saúde</p> <p>Educação</p> <p>Trabalho</p> <p>Segurança Pública</p> <p>Associações de Municípios</p>	<p>Trabalho integrado entre as políticas fortalecido;</p> <p>Estratégias de identificação das situações de trabalho infantil ampliada;</p> <p>Marcação de TI no CadÚnico nos territórios de alta incidência aumentada;</p> <p>Diagnóstico realizado;</p> <p>Fluxos elaborados.</p>	<p>- Nº de encaminhamentos entre as políticas;</p> <p>- Notificação integrada implementada;</p> <p>- Registro no CadÚnico;</p> <p>- Registro no SIPIA;</p> <p>- Nº municípios que realizaram diagnóstico e elaboraram fluxo de atendimento.</p>
<p>3. Proteção</p>	<p>3.1 Realizar reuniões periódicas entre as políticas setoriais para o planejamento das ações e encaminhamentos da rede de proteção em cada território;</p> <p>3.2 Acompanhar famílias de forma integrada entre as políticas de</p>	<p>Assistência Social</p> <p>Saúde</p> <p>Segurança Pública</p> <p>Sistema de Justiça</p>	<p>· Agenda permanente de trabalho intersetorial para acelerar a erradicação do turismo sexual elaborada;</p> <p>· Papel e da função protetiva das famílias potencializados; Famílias e adolescentes</p>	<p>- Registro das melhorias do territórios (cofinanciamento público para infra estrutura, saneamento, etc)</p>

	<p>assistência, saúde e educação;</p> <p>3.3 Promover a articulação entre o Mais Educação e o SCFV para garantir o contraturno;</p> <p>3.4 Realizar trabalho social com famílias (disponibilizar os serviços continuados para atendimento e acompanhamento das famílias);</p> <p>3.5 Ofertar alternativas de emprego e renda para as famílias e para os/as adolescentes;</p> <p>3.6 Ampliar e qualificar a rede de serviços: habitação, transporte, infraestrutura, saneamento;</p> <p>3.7 Promover a obrigatoriedade de equipes de atendimento nos serviços de atendimento, em especial na assistência social.</p>	<p>Turismo</p> <p>CT e CDCAS</p> <p>Esporte</p> <p>Cultura Lazer</p> <p>Conselhos Setoriais – Educação, Saúde, Assistência Social, Mulher, Esporte.</p> <p>Trabalho</p> <p>Habitação</p> <p>PRF e PF</p>	<p>inseridas no mercado formal de trabalho de forma protegida;</p> <p>Estruturas de saneamento, urbanização e infraestrutura, melhoradas no território;</p> <p>Equipes técnicas ampliadas.</p>	<p>- Inserção de famílias e adolescentes no mercado de trabalho;</p> <p>-Nº de profissionais contratados.</p>
4. Defesa e Responsabilização	<p>4.1 Realizar a capacitação intersetorial para conselhos tutelares, sistema de justiça, visando à garantia de proteção integral à criança e ao adolescente;</p> <p>4.2 Realizar ações de fortalecimento da função de controle social exercida pelos conselhos setoriais e da criança e</p>	<p>Assistência Social</p> <p>Saúde e Vigilância Sanitária</p> <p>Segurança Pública</p> <p>Sistema de Justiça</p>	<p>Agentes de Segurança Pública, conselheiros e profissionais do sistema de justiça capacitados e sensibilizados em relação ao tema;</p> <p>Espaços de debate nos Conselhos sobre o papel da defesa e responsabilização para</p>	<p>- Nº de capacitações realizadas;</p>

	<p>do adolescente;</p> <p>4.3 Fiscalizar e responsabilizar estabelecimentos e proprietários (multas, prisão, etc.).</p>	<p>Turismo</p> <p>CT e CDCAS</p> <p>Segurança Pública Esporte, Cultura Lazer</p> <p>Conselhos Setoriais – Educação, Saúde, Assistência Social, Mulher e Esporte.</p> <p>Trabalho</p> <p>Habitação</p> <p>PRF e PF</p> <p>Conselhos Setoriais</p> <p>Conselhos de Direitos</p> <p>Auditores fiscais</p> <p>MP</p> <p>Agentes de Fiscalização Municipal</p>	<p>devido exercícios do controle social ampliados;</p> <p>Estabelecimentos irregulares regularizados e/ou fechados;</p> <p>Crianças e adolescentes afastadas desses locais.</p>	<p>- Nº de estabelecimentos fiscalizados e autuados pelos órgãos competentes</p>
--	---	---	---	--

Grupo 2 – TRABALHO INFANTIL INFORMAL

Eixos de Atuação	Planejamento das Ações Intersetoriais	Políticas Envolvidas	Resultados Esperados	Monitoramento
1. Informação e Mobilização	<p>1.1 Realizar campanhas que visem o rompimento da cultura do trabalho infantil;</p> <p>1.2 Conscientizar comitês da Intersetorialidade ampliando e fortalecendo os grupos intersetoriais buscando abrangência de todas as políticas;</p> <p>1.3 Mobilizar e esclarecer sobre as formas de Trabalho Infantil principalmente as consideradas invisíveis, buscando a conscientização da sociedade em geral;</p> <p>1.4 Promover a interlocução com a Mídia visando uma maior mobilização e enfatizando os impactos do TI;</p> <p>1.5 Romper com a cultura que o trabalho infantil dignifica o homem;</p>	<p>Assistência Social</p> <p>Educação</p> <p>Cultura</p> <p>Saúde</p> <p>Esporte</p>	<p>Formas de Trabalho Infantil melhor esclarecidas;</p> <p>Capacidade de mobilização da sociedade em geral ampliada;</p> <p>Número de crianças e adolescentes no trabalho reduzido.</p>	<p>Sistemas de monitoramento via redes</p> <p>Reuniões Periódicas</p> <p>Estabelecimento de Metas</p> <p>Audiências Públicas</p> <p>Estabelecimento de fluxos de Atendimento</p>

	<p>1.6 Diferenciar formas de trabalho Infantil segundo os territórios, regiões e fronteiras;</p> <p>1.7 Divulgar planos, incluindo nestas ações voltadas a erradicação do TI, e promover uma semana para a sensibilização da temática;</p> <p>1.8 Desenvolver campanhas voltadas e focadas no que a criança/adolescente gosta e precisa (lazer, educação, qualificação profissional entre outros).</p>			
2. Identificação	<p>2.1 Aprimorar a capacidade de identificação via Sistema de informação nacionais a exemplo Cadastro único;</p> <p>2.2 Capacitar agentes públicos (profissionais da saúde - agentes de saúde, professores conselheiros tutelares entre outros) para a identificação do Trabalho Infantil.</p>	<p>Assistência Social</p> <p>Educação</p> <p>Cultura</p> <p>Saúde</p> <p>Esporte</p>	<p>Ações integradas fortalecidas;</p> <p>Monitoramento das ações através de acompanhamento por sistemas, melhorado com a capacidade de identificação da problemática de TI aumentada.</p>	<p>Elaboração de Planos;</p> <p>Articulação das Políticas;</p> <p>Sistemas de monitoramento via redes;</p> <p>Reuniões Periódicas;</p> <p>Estabelecimento de Metas;</p> <p>Audiências Públicas;</p> <p>Estabelecimento de fluxos de Atendimento.</p>

<p>3. Proteção</p>	<p>3.1 Fortalecer programas de aprendizagem profissional (priorizando o público em situação de TI ou em situação de vulnerabilidade).</p> <p>3.2 Estabelecer parcerias com as empresas e parcerias com a rede “S”;</p> <p>3.3 Fortalecer os programas sociais;</p> <p>3.4 Estabelecer fluxos de trabalho entre profissionais envolvidos com a temática;</p> <p>3.5 Promover a discussão ampliada para tornar os cursos oferecidos mais atrativos aos jovens;</p> <p>3.6 Inserir e fortalecer ações de inclusão digital principalmente no campo;</p> <p>3.7 Realizar audiências públicas para o desenvolvimento da agenda Intersetorial;</p> <p>3.8 Expandir creches públicas;</p> <p>3.9 Informar e incentivar à cultura.</p> <p>3.10 Afastar adolescentes fora da idade prevista e aqueles em situação de</p>	<p>Assistência Social</p> <p>Educação</p> <p>Cultura</p> <p>Saúde</p> <p>Esporte</p>	<p>Potencialização dos cursos já ofertados e melhoria nos próximos a serem implantados;</p> <p>Maior integralidade entre as políticas.</p>	<p>Relatórios e reuniões;</p> <p>Acompanhamento institucional;</p> <p>Acompanhamento da evasão relacionado aos cursos oferecidos.</p>
---------------------------	--	--	--	---

	trabalho irregular.			
4. Defesa e Responsabilização	<p>4.1 Fortalecer a qualificação dos agentes públicos;</p> <p>4.2 Identificar as cadeias produtivas, promovendo uma responsabilização desse processo de produção;</p> <p>4.3 Fiscalizar a atuação das empresas exploradoras de TI;</p> <p>4.4 Capacitar profissionais do sistema de justiça.</p>	<p>Sistema de Justiça</p> <p>Assistência Social</p> <p>Ministério do Trabalho</p> <p>MPT</p>	<p>Articulação com MPT e com as demais políticas públicas ampliada;</p> <p>Participação dos conselheiros de direito fortalecida.</p>	<p>Acompanhamento das denúncias, fazendo a apuração dos dados.</p> <p>Controle social, através de equipamentos onde são realizados os atendimentos.</p>

Grupo 2 – ALICIAMENTO PARA TRÁFICO DE DROGAS

Eixos de Atuação	Planejamento das Ações Intersetoriais	Políticas Envolvidas	Resultados Esperados	Monitoramento
1. Informação e Mobilização	<p>1.1 Realizar campanhas articuladas entre as políticas de prevenção do uso abusivo de drogas (inserir as diversas categorias profissionais);</p> <p>1.2 Realizar eventos comunitários envolvendo as famílias e construção de um projeto de prevenção em conjunto à luz das aspirações locais (famílias, crianças/adolescentes e jovens).</p>	<p>Assistência Social</p> <p>Saúde</p> <p>Educação</p> <p>Esporte, lazer e cultura</p> <p>Segurança Pública</p>		

		<p>Sociedade Civil (ONGs, Sindicatos entre outros)</p> <p>MTE</p> <p>Sistema de Justiça</p> <p>Conselho Tutelar</p>		
2. Identificação	<p>2.1 Promover a articulação das ações de busca ativa entre as equipes de abordagem social e consultório na rua para fins de prevenção e proteção para fins de aliciamento ao tráfico de drogas;</p> <p>2.2 Elaborar ações articuladas entre as equipes do PSF, professores e as equipes do SUAS para identificação de situações do trabalho infantil;</p> <p>2.3 Capacitar equipes de busca ativa para otimizar a identificação e o cadastramento de crianças e adolescentes aliciadas para o tráfico.</p>	<p>Assistência Social</p> <p>Saúde</p> <p>Educação</p>		
3. Proteção	<p>3.1 Realizar reuniões periódicas entre as políticas setoriais para o planejamento das ações e encaminhamentos da rede de proteção social em cada território;</p>	<p>Segurança Pública</p> <p>Sistema de Justiça</p> <p>Assistência Social</p>		

	<p>3.2 Acompanhar as famílias de forma integrada entre as políticas de assistência, saúde e educação;</p> <p>3.3 Promover a articulação entre Mais Educação e o SCFV para garantir o contra turno.</p>	Conselhos		
4. Defesa e Responsabilização	<p>4.1 Capacitar permanentemente de forma intersetorial os conselhos tutelares, sistema de justiça, visando à garantia da proteção integral à criança e ao adolescente;</p> <p>4.2 Capacitar os agentes de segurança pública visando uma abordagem qualificada;</p> <p>4.3 Realizar ações de fortalecimento da função de controle social exercida pelos conselhos setoriais e da criança e do adolescente;</p> <p>4.4 Promover a aprendizagem para segmentos vulneráveis a exemplo de PCDs.</p>	<p>Segurança Pública</p> <p>Sistema de Justiça</p> <p>Assistência Social</p> <p>Conselhos</p>		

Grupo 3 – AGRICULTURA FAMILIAR

Eixos de Atuação	Planejamento das Ações Intersectoriais	Políticas Envolvidas	Resultados Esperados	Monitoramento
<p>1. Informação e Mobilização</p>	<p>1.1 Desenvolver campanhas informativas permanentes interdisciplinares, com enfoque na dimensão cultural do trabalho infantil e ações de mobilização nas datas comemorativas;</p> <p>1.2 Promover ações de sensibilização para atores da Rede de Proteção, em especial para os profissionais da educação, com envolvimento de alunos, famílias, professores, demais funcionários e diretores, dando prioridade às escolas do interior;</p> <p>1.3 Definir papéis e áreas de atuação dos setores públicos envolvidos com o encaminhamento de casos de trabalho infantil, com o propósito de aprimorar a intersectorialidade;</p> <p>1.4 Promover ações de sensibilização, com apoio de profissionais da saúde, no intuito de esclarecer sobre malefícios específicos do trabalho infantil no trabalho na agricultura;</p>	<p>Educação (Professores, Diretores, Pedagogos e trabalhadores da educação)</p> <p>Assistência Social Conselhos Tutelares e de Direitos</p> <p>Saúde (Vigilância de Saúde, Equipes da Saúde da Família, Assistência e outros)</p> <p>Trabalho</p> <p>Ministério Público Estadual e Ministério Público do Trabalho</p> <p>Representações legítimas e profissionais especializados em</p>	<p>Nível de informação e conscientização sobre o trabalho infantil pela sociedade em geral aumentado;</p> <p>Estruturas do Sistema de Garantia de Direitos mais sensíveis ao tema do trabalho infantil e informados sobre os aspectos legais e agravos à saúde dele decorrentes;</p> <p>Fluxos de encaminhamento de casos de trabalho infantil, dentro da Rede de Proteção organizados;</p> <p>Sistema e notificação integrada em funcionamento e acessível a todos os setores.</p>	

	<p>1.5 Promover capacitações dos entes da Rede de Proteção, com apoio especial aos Municípios que ainda estão em processo de redesenho do PETI;</p> <p>1.6 Promover abordagens adequadas às necessidades específicas das Comunidades Tradicionais, com envolvimento das instâncias responsáveis.</p>	<p>temas relativos às Comunidades Tradicionais;</p> <p>Núcleos Comunitários, Associações e Instituições que atuam junto às comunidades;</p> <p>Políticas agrícolas, Técnicos da Emater</p>		
2. Identificação	<p>2.1 Avaliar dados municipais do trabalho infantil, com acompanhamento e apoio técnico do estado;</p> <p>2.2 Capacitar agentes públicos para identificação de nexos causais entre ocorrências e casos de trabalho infantil;</p> <p>2.3 Definir estratégias alternativas para identificação de casos de trabalho infantil desenvolvido em âmbito doméstico e/ou informal;</p> <p>2.4 Envolver políticas setoriais (cultura, lazer, esporte, agrícola etc) e membros da sociedade, através de um processo de convencimento sobre a responsabilidade de todos no</p>	<p>Secretarias de Obras (para viabilidade de acesso às comunidades)</p> <p>Organizações de Adolescentes, Agentes de Cidadania</p> <p>Pronatec</p> <p>Cultura, Esporte e Lazer</p> <p>Segurança Pública</p> <p>Associação de</p>	<p>Ministério Público Estadual e Ministério Público do Trabalho integrados as ações;</p> <p>Representações legítimas e profissionais especializados em temas relativos às Comunidades Tradicionais envolvidos no desenho das estratégias;</p> <p>Núcleos Comunitários, Associações e Instituições que atuando junto às comunidades.</p>	

	enfrentamento do trabalho infantil (no caso das atividades agrícolas, os técnicos da Emater).	Trabalhadores Rurais e Sindicato de Agricultores Familiares		
3. Proteção	<p>3.1 Promover a integração dos sistemas de notificação, com definição do rol de competência e o efetivo envolvimento de todos os setores e definição de responsáveis/pontos focais;</p> <p>3.2 Elaborar fluxos setoriais e intersetoriais de encaminhamento dos casos de trabalho infantil, com envolvimento de todos setores da Rede de Proteção;</p> <p>3.3 Realizar abordagem <i>in loco</i> por equipes multisetoriais (Conselho Tutelar, CREAS, Saúde etc), com base em dados do diagnóstico prévio;</p> <p>3.4 Estimular o desenvolvimento de ações de economia solidária, dentre elas cooperativas e demais formas de acesso às políticas públicas, para que se superem as dificuldades específicas da agricultura familiar.</p>	Sindicatos Patronais Rurais		
4. Defesa e Responsabilização	4.1 Aprimorar o formato e da forma de encaminhamento das fichas de notificação, para que se identifiquem e atendam crianças e adolescentes em situação de exploração, com a			

	<p>devida urgência;</p> <p>4.2 Envolver o Ministério Público como parceiro na promoção da intersectorialidade, com sua participação em reuniões de articulação, celebração de TACs e encaminhamento de ofícios quando necessário.</p>		
--	---	--	--

Grupo 4 – TRABALHO RURAL

Eixos de Atuação	Planejamento das Ações Intersectoriais	Políticas Envolvidas	Resultados Esperados	Monitoramento
<p>1. Informação e Mobilização</p>	<p>1.1 Treinar e qualificar o público interno (equipe técnica de saúde, assistência social, agricultura e educação...);</p> <p>1.2 Mobilizar gestores, Ministério Público, Tribunal de Contas, órgãos legislativo, executivo e judiciário, e todos os Conselhos;</p> <p>1.3 Sistematizar numa cartilha técnica as ferramentas e banco de dados existentes;</p> <p>1.4 Utilizar mídias (rádios) para sensibilização e informação da comunidade sobre direitos e deveres com relação ao trabalho infantil;</p>	<p>Assistência Social</p> <p>Saúde</p> <p>Educação</p> <p>Judiciário</p> <p>Conselhos Agricultura</p>	<p>Atores envolvidos sensibilizados e informados</p>	

	<p>1.5 Realizar encontro comunitários, de sindicatos, entre outros;</p> <p>1.6 Aproveitar datas comemorativas locais para bordar o tema;</p> <p>1.7 Produzir material gráfico para a população;</p> <p>1.8 Incluir na discussão atores variados como: EMATER, Pastoral da Terra, cooperativas, órgãos de proteção ambiental, entre outros;</p> <p>1.9 Incluir na pauta das conferências de Direitos Humanos e Saúde o tema;</p> <p>1.10 Incluir tema do trabalho infantil onde houver orçamento participativo;</p> <p>1.11 Capacitar para o uso do IGD para o âmbito municipal.</p>			
<p>2. Identificação</p>	<p>2.1 Identificar demandas de trabalho infantil na região;</p> <p>2.2 Utilizar Sistema CadÚnico para localização e identificação das famílias;</p> <p>2.3 Realizar levantamento nas escolas do número de crianças e adolescentes;</p>	<p>Assistência Social</p> <p>Saúde</p> <p>Educação</p> <p>Judiciário</p>	<p>Casos localizados e caracterizados para melhoria da atuação;</p> <p>CadÚnico devidamente atualizado e alimentado;</p>	

	<p>2.4 Verificar levantamento no Ministério do Trabalho sobre o número de aprendizes;</p> <p>2.5 Considerar a diversidade de povos e comunidades tradicionais na elaboração de planos e estratégias;</p> <p>2.6 Desenvolver ações pedagógicas com a inclusão da temática trabalho infantil nos conteúdos das disciplinas escolares, visando a identificação do trabalho infantil.</p>			
3. Proteção	<p>3.1 Criar grupos multiplicadores para o desenvolvimento das ações de prevenção ao trabalho infantil junto as políticas setoriais visando o trabalho na área rural;</p> <p>3.2 Articular e fortalecer a Rede de Atenção e Proteção Social, visando a construção de um Fluxograma da Erradicação do Trabalho Infantil;</p> <p>3.3 Promover a articulação com empresas privadas envolvidas no processo de produção rural como apoio ao combate ao trabalho infantil;</p> <p>3.4 Acordar com o município para que</p>	<p>Assistência Social</p> <p>Saúde</p> <p>Educação</p> <p>Judiciário</p> <p>Conselhos</p>	Empresas e comunidades envolvidas	

	<p>não comprem produtos de locais que executam trabalho infantil;</p> <p>3.5 Identificar as cadeias produtivas;</p> <p>3.6 Incluir na ficha de notificação o campo “violação de direitos por parte do Estado”;</p> <p>3.7 Ampliar a adesão dos grupos de Assistência Social no Acesso ao Trabalho.</p>			
4. Defesa e Responsabilização	<p>4.1 Estimular a Aprendizagem para que atenda as demandas existentes;</p> <p>4.2 Reforçar a identificação das cadeias produtivas, através de fiscalizações e outros meios disponíveis;</p> <p>4.3 Fazer gestão junto os conselhos, órgãos legislativo e executivo para cobrança da implementação de políticas públicas municipais;</p> <p>4.4 Criar mais Casas Familiares Rurais, por meio dos conselhos;</p> <p>4.5 Capacitar a gestão local para negociar com as escolas técnicas que incluam mais vagas para atender adolescentes com defasagem escolar;</p>	<p>Assistência Social</p> <p>Saúde</p> <p>Educação</p> <p>Judiciário</p> <p>Conselhos</p>		

	<p>4.6 Garantir o registro sistemático dos casos de trabalho infantil no SIPIA;</p> <p>4.7 Responsabilizar os gestores locais para a garantia dos acessos a escolas e jornada integral.</p> <p>4.8 Fortalecer e ampliar equipes volantes do CRAS;</p> <p>4.9 Capacitar permanentemente as equipes especializadas de abordagem social e das equipes volante para identificação das situações de trabalho infantil no campo e na cidade.</p>			
--	--	--	--	--